



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**COMARCA DE GRANDES RIOS**

**VARA CÍVEL DE GRANDES RIOS - PROJUDI**

Avenida José Monteiro de Noronha, s/n - Ed. Fórum - Centro - Grandes Rios/PR - CEP: 86.845-000 - Fone: (43) 3572-8598 - E-mail: nels@tjpr.jus.br

Processo: 0000246-55.2016.8.16.0085

Classe Processual: Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Assunto Principal: Recuperação judicial e Falência

Valor da Causa: R\$186.575,68

Autor(s): • Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Prévia representado (a) por PETRA PERSONAL TRADER CTVM SA

Réu(s): • LATICÍNIO ROSÁRIO DO IVAÍ LTDA representado(a) por ADEMAR ALVES DA SILVA

**1. Trata-se de Ação de Falência da empresa LATICÍNIO ROSARIO DO IVAÍ LTDA.**

**2. Temos que houve a recente criação das varas especializadas em Direito Empresarial, falências e recuperações empresariais, no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Resolução nº 426, de 7 de março de 2024.**

Assim, tal resolução prevê:

“Art. 224-A. À 3ª Vara Judicial, ora denominada 3ª Vara Cível e Empresarial Regional, é atribuída a competência cível especializada prevista no art. 4º-A desta Resolução, cabendo-lhe processar e julgar as ações de competência do Foro Central e dos Foros Regionais de (...), **Grandes Rios**, (...).

Parágrafo único. Além da competência estabelecida no **caput**, para fins de complementação da distribuição, à 3ª Vara Judicial é atribuída a competência Cível comum”.

Ainda, o Decreto Judiciário nº 179/2024 regulamentou a criação dessas varas, apontando a data de instalação de cada uma, sendo que a referida “3ª Vara Cível e Empresarial Regional de Maringá” teve o dia 26/07/2024 como data de instalação.

Neste mesmo sentido, o Decreto Judiciário nº 402/2024 – D.M. da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná deliberou o calendário de remessas dos autos, considerando:

“d) a redistribuição de processos ativos em outros juízos que integram a competência territorial da Vara Regional, que se harmonizem à norma do par. 1º do art. 3º da Resolução nº 426/2024 - O.E., excetuando-se da redistribuição as ações relativas ao Direito Empresarial e as decorrentes da Lei de Arbitragem, mediante compensação segundo disposto no art. 4º do Decreto n. 179/2024-DM que conferiu cumprimento à norma do art. 2º da Resolução n. 426/2024-OE, pelo período de 29.07.2024 a 03.10.2024, conforme calendário:

- dia 11/09/2024: redistribuição de casos especializados existentes na Comarca de Grandes Rios, observada a norma legal de redistribuição e compensação;”.



Portanto, visando à melhor eficiência e especialização no julgamento de processos dessa natureza, declino da competência para processar e julgar o presente feito.

Ainda, vale ressaltar que deixo de analisar os últimos pedidos formulados pelo Administrador Judicial, que será realizado por Juízo competente e especializado ao caso.

**3.** Diante do exposto, declino a competência para processamento e julgamento do feito, tendo em vista o reconhecimento da incompetência material deste juízo, com consequente remessa do feito à 3ª Vara Judicial/3ª Vara Cível e Empresarial Regional, para todos os fins.

*Ex positis*, determino a remessa dos autos ao Cartório Distribuidor para que sejam distribuídos à Vara competente, diante de sua especialidade.

Procedam-se às baixas e anotações necessárias.

Intimem-se. Diligências necessárias.

**Grandes Rios, assinado e datado digitalmente.**

**Maria Ângela Carobrez Franzini**

**Juíza de Direito**

